

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**A LÍNGUA GESTUAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A
LINGUÍSTICA DE CONTATO:
aproximações e distanciamentos com base em um estudo de caso**

Introdução aos Estudos das Línguas Crioulas de Base Portuguesa e do Português na
África
Prof^a. Dr^a. Márcia Santos Duarte de Oliveira
Ariane L. Castelló – 9330700
Quarta-feira, 19h30 às 21h

**SÃO PAULO
NOVEMBRO 2019**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

ARIANE L. CASTELLÓ

**A LÍNGUA GESTUAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A
LINGUÍSTICA DE CONTATO:
aproximações e distanciamentos com base em um estudo de caso**

Trabalho apresentado ao curso de Letras, área de Filologia e Língua Portuguesa, da Universidade de São Paulo, considerando a macroárea Línguas Crioulas e a subárea São Tomé e Príncipe, além dos textos de Hagemeijer (2009), Mineiro e Carmo (2016), Mineiro et al. (2017), Kegl (2008) e Xavier (2019), como requisito parcial para a avaliação na disciplina de Introdução aos Estudos das Línguas Crioulas de Base Portuguesa e do Português na África

São Paulo
Novembro 2019

COMANDO

DIÁRIO DE LEITURA

Objetivo: Desenvolver o pensamento crítico

1. O que é um diário de leitura e como elaborá-lo?

O “diário de leitura” trata-se de um gênero textual ‘livre’ em que o aluno tem a liberdade para estabelecer relações com outros textos, com outras ideias, além de desenvolver uma crítica, concordar ou discordar dos textos que serão abordados para a realização desta atividade. No caso, os textos foram apontados na primeira parte do trabalho, já entregue à equipe.

1.1. Direcionamentos

- ◆ **Capa ou contracapa:** registre a macroárea, a temática (ex. Línguas Crioulas – Cabo Verde) e os dois textos que serão utilizados para a realização da atividade;
- ◆ **Corpo do texto:**
 - (1) fale um pouco sobre a temática escolhida e registre a razão desta escolha;
 - (2) registre suas primeiras impressões sobre os textos selecionados, como por exemplo: (i) os títulos desses textos são atrativos? Por quê?; (ii) o que você acha sobre os textos e seu conteúdo?; (iii) estabeleça conexões entre os textos selecionados com outros desde que inseridos na mesma temática;
 - ◆ qual é a importância deste tema para sua formação acadêmica?
 - ◆ levante dúvidas: registre as dificuldades de leitura anotando os trechos que não comprehende. Aponte os trechos que mais gosta à medida que vai lendo. Organize a apresentação de seu “diário de leitura” a fim de torná-lo um texto coeso e coerente.

Encontrar-se desprovido de contato e comunicação efetiva talvez seja uma das experiências mais solitárias pelas quais um ser humano possa passar. É certo que ainda que não seja a todo o tempo prazerosa, enquanto seres sociais a interação por meio da língua é essencial tanto para o desenvolvimento da própria subjetividade, na medida em que influencia certas partes da cognição, como para o *viver em comunidade*.

Nesse sentido, tratar da emergência de uma língua de sinais num contexto de línguas crioulas é falar de uma dupla violência: da colonização portuguesa em meio a qual se criou as línguas de São Tomé e Príncipe, tendo a abominável mazela da escravidão como pano de fundo, e do isolamento, preconceito e estigmatização pela qual passam os surdos dentro de comunidades prioritariamente ouvintes.

Assim, este Diário de Leitura pretende, na medida do possível, apontar desde o estatuto legítimo das línguas de sinais enquanto línguas naturais do mundo até os tipos de contato linguístico existentes tanto entre línguas quanto entre modalidades distintas – a saber, entre línguas orais e sinalizadas e entre duas línguas de sinais –, considerando, além disso, questões ligadas à crioulística e à pidginística, uma vez que se trata de uma língua nascida nessa conjuntura, apresentando, também, um projeto que promove o desenvolvimento dessa língua de sinais em São Tomé e Príncipe.

Espera-se deixar claro, portanto, o interesse pela sobreposição das áreas, as impressões, as aproximações e os distanciamentos entre os textos indicados, as suposições e os comentários de modo a tornar a leitura fluida – mas não por isso menos coerente. Assim, tentou-se sequenciar este trabalho logicamente, de maneira que as conexões feitas se tornem evidentes e traduzam a experiência própria de escrevê-lo.

*

Começa-se dizendo que a escolha se deu a partir do interesse pela língua de sinais brasileira (LIBRAS) e da consequente sensibilização com esse campo do conhecimento, que abarca temas relacionados a empréstimos e manutenções, convergências, *language shift* e criação, além de declínio e exclusão devido ao imperialismo linguístico – enfim, situações de mudança oriundas do contato entre línguas propriamente dito (WINDFORD, 2003 *apud* CALLEJA, 2019).

Assim, tendo em mente essa questão, a aproximação com a temática da linguística de contato a partir das aulas da disciplina chamou atenção para o caráter cruel encontrado nos dois âmbitos e permitiu traçar paralelos entre a situação das línguas de sinais e das

línguas “crioulas”¹, o que serviu como um primeiro impulso e justificativa na direção da confecção deste trabalho. Assim, delimitada a **macroárea de Línguas Crioulas**, o passo seguinte tratou de encontrar dados que trouxessem informações sobre o estado da arte quanto às línguas de sinais em África, considerando, ainda, tanto a crioulística quanto as subáreas propostas pela equipe. Dessa forma, chegou-se a estudos abordando a recém-criada Língua Gestual de São Tomé e Príncipe (LGSTP) sob diferentes aspectos, desde seu contexto sociopolítico – que se assemelha ao surgimento da Língua de Sinais da Nicarágua – ao registro de seus primeiros dados, bem como seu *status* diante de contextos de contato linguístico com línguas como o Angolar, o Santomense e o Lung’ie, línguas oral-auditivas, por um lado, e a Língua Gestual Portuguesa, uma língua visoespacial, por outro, para não falar no ambiente pós-colonial – e daí a dificuldade em selecionar apenas um texto, optando-se, portanto, por utilizar **quatro artigos, além daquele indicado pela equipe**, na medida em que, do interesse por seus títulos à pertinência de seu conteúdo, eles se complementam, auxiliando na descrição de um panorama mais completo acerca do tema.

Nesse sentido, procurou-se organizar este Diário da seguinte forma: além deste preâmbulo, (1) o argumento das línguas de sinais enquanto línguas legítimas no mundo; (2) a temática da linguística de contato nesse contexto; (3) o exemplo do nascimento da Língua de Sinais da Nicarágua, cuja extração pode esclarecer aspectos da LGSTP; (4) o programa *Sem barreiras*, responsável pelo fomento e emergência da LGSTP; (5) problematizações e considerações acerca da conciliação das áreas.

Espera-se, assim, poder cumprir com o proposto pela atividade e, ao mesmo tempo, relacionar os temas e os textos escolhidos no sentido de fazer deste Diário um documento interessante e formativo, para além do escopo de uma avaliação tradicional.

*

De saída, cabe dizer que atualmente o reconhecimento da condição natural no que diz respeito às línguas de sinais é inegável. Desde os trabalhos de Stokoe sobre a Língua de Sinais Americana (1960 *apud* KEGL, 2008), sabe-se que, assim como nas línguas orais, **as línguas de sinais são duplamente articuladas**, ou seja, apresentam unidades significativas, os sinais, decomponíveis em unidades menores, os parâmetros, que são “distintivos, recombináveis e finitos” (XAVIER, 2019, p. 49). Numa analogia, a combinação entre os signos estaria para a combinação entre os sinais – 1ª articulação –

¹ Preferiu-se manter o termo “crioulo” aqui em razão da literatura da área; no entanto, é necessário dizer que se reconhece seu caráter pejorativo, escolhendo-se, portanto, utilizá-lo entre aspas.

como a combinação entre os fonemas estaria para a combinação entre os parâmetros – 2^a articulação.

No entanto, a presença dessas característica não é o único aspecto a comprovar a naturalidade das línguas de sinais, pois enquanto línguas vivas, usadas e constantemente modificadas por seus sinalizadores, também há **variação**. Assim, e pelo que pode-se entender pela leitura dos textos citados (KEGL, 2008; XAVIER, 2019), essa variação, tanto nas línguas orais quanto nas línguas faladas – o que de cara sugere uma aproximação entre essas modalidades –, é motivada por três fatores:

- **os linguísticos ou internos**, que incluem o ambiente fonológico e os contextos morfossintáticos e discursivos, que podem favorecer ou não a ocorrência de certos processos;
- **os sociais ou inter-sujeito**, que se referem, por exemplo, à idade, à região de origem, ao gênero, à etnia, à classe social etc.;
- **os estilísticos ou intra-sujeito**, que se vinculam ao tópico, à situação e ao(s) interlocutor(es), os quais influenciam o emprego de registros mais ou menos formais (XAVIER, 2019).

Ainda, por se encaixar em uma modalidade visoespacial, há condicionantes exclusivas à variação das línguas de sinais, como **o contato com a língua oral predominante na região, tanto em sua forma escrita como em sua forma falada**, sob cuja influência emergem o bilinguismo, os empréstimos e, mais importante para o escopo deste trabalho, **as línguas de contato, os “crioulos” e os pidgins**.

*

Assim como em línguas orais, o contato linguístico influencia diretamente o desenvolvimento e a manutenção de línguas de sinais. Nesse sentido, o caso da LGSTP é emblemático no que diz respeito a influências, pois além do contato com as línguas da ilha, como o Angolar, o Santomense e o Lung’ie, por si mesmas já influenciadas pelo Português, ela sofre pressões também da Língua Gestual Portuguesa. Dessa forma, e considerando o histórico de escravidão, **observa-se no contato entre línguas visoespaciais a mesma relação de poder presente nas línguas orais**, isto é, “as diferentes relações de poder dos grupos que as empregam resultam em substituição de uma língua por outra e, em alguns casos, em declínio no uso e até morte da língua substituída” (XAVIER, 2019, p. 53).

Isso fica claro ao se observar a história da educação dos surdos ao redor do mundo². No início, houve muita interferência – para não dizer **imposição** – da Língua de Sinais Britânica e da Língua de Sinais Francesa sobre aquelas de “menor prestígio” ou que estavam em fase de desenvolvimento, muito em razão da expansão imperialista pela busca de territórios – e aqui pode-se **traçar um paralelo entre a história das línguas de sinais e das línguas “crioulas”**. Nesse sentido, um exemplo ao mesmo tempo interessante e um tanto sombrio, citado por Xavier (2019), é a influência da Língua de Sinais Americana sobre outras, chegando mesmo a **substituir** “línguas de sinais nativas na África, na Ásia e em países caribenhos” (ADAM, 2012, p. 854 *apud* XAVIER, 2019, p. 53), no que pode ser considerado um caso de *language shift*.

Ainda sobre esse contato, na medida em que “crioulos” falados muitas vezes emergem em situações de deslocamento geográfico – eufemismo para *tráfico de pessoas* – no caso de línguas de sinais, os indivíduos em geral se deslocam em direção a comunidades diferentes daquelas nas quais nasceram, na medida em que cerca de 90-94% dos casos de aquisição de crianças surdas se dá com relação a línguas diferentes daquelas faladas por seus pais ouvintes³. Ou seja, é possível, no limite, **estabelecer uma aproximação entre a emergência de pidgins e “crioulos” em contextos de remoção geográfica forçada e o desenvolvimento de línguas de sinais**, em que indivíduos também se deslocam – quando podem, simplesmente para ter acesso a **qualquer língua** –, uma vez que **ambos tratam de violência, isolamento e exclusão**.

Aqui cabe retomar a importância da interação social, considerando seu papel na criação das línguas: embora, segundo a teoria gerativista, os seres humanos nasçam biologicamente predispostos à aquisição de língua, é necessário que haja algum tipo de estímulo, seja este oral ou sinalizado, para que o desenvolvimento de língua se dê de fato – estímulo esse alcançado por meio do contato com outros seres humanos que partilhem da mesma modalidade linguística.

² Aqui se usa “surdos”, com a inicial minúscula, para fazer referência à condição médica da perda, seja parcial, seja total, da audição; em contrapartida, “Surdo”, com a inicial maiúscula, refere-se à comunidade Surda, isto é, aos indivíduos organizados que lutam pela afirmação do grupo, pela defesa da língua e pelo desenvolvimento de sua cultura. Trata-se, portanto, de marcar graficamente a distinção como maneira de **resistência**.

³ Dados referentes à América do Norte e à Europa (KEGL, 2008). Embora não haja muita informação a respeito de números, sabe-se que, dos 187 mil habitantes de São Tomé e Príncipe, cerca de 5 mil foram identificados como surdos ou com perda auditiva, ou seja, 3% da população. Acredita-se que a prevalência seja resultado de fatores genéticos relacionados ao alto índice de consanguinidade e a doenças como malária ou mesmo a efeitos colaterais de profilaxias (MINEIRO, 2017). Quanto ao Brasil, a proporção de crianças surdas filhas de pais ouvintes – ou seja, geralmente sem conhecimento de qualquer língua de sinais e, assim, incapazes de oferecer qualquer tipo de *input* – fica em torno de 90% (ROTH; JÚNIOR, 2010).

Isso é dizer que, a respeito das línguas orais, do contato entre os povoadores portugueses e os escravos africanos surgiu um proto-crioulo “de base lexical portuguesa”, tese advogada por Hagemeijer (2009) e que admite o desenvolvimento do Angolar, do Santomense e do Lung’ie, línguas “ramificadas” entre os descendentes da primeira geração de escravos “no regime de habitação, em que o contacto entre europeus e africanos era mais directo do que no regime de plantação [...] [e no qual] havia desde cedo condições favoráveis a uma crioulização rápida” (HAGEMEIJER, 2009, p. 4). Isso também é dizer que, do esforço em direção ao desenvolvimento de uma língua de sinais própria que unisse a comunidade de São Tomé e Príncipe, por meio de um projeto específico, surgiu, também, a LGSTP.

*

Antes de entrar no projeto de fomento da LGSTP propriamente dito, que une de forma mais clara as temáticas das línguas crioulas e das línguas de sinais, cabe tecer algumas considerações acerca do desenvolvimento da Língua de Sinais da Nicarágua, que se assemelha, em muito, àquele encontrado em São Tomé e Príncipe.

Na esteira dessa conotação mais social e propriamente de contato a respeito do surgimento das línguas, o caso da emergência da Língua de Sinais da Nicarágua, em meados dos anos 1970, é bastante representativo. Trata-se da reunião, sob contexto escolar, de centenas de crianças surdas até ali sem língua, em razão da impossibilidade de desenvolvimento tanto da língua oral – por razões fisiológicas – quanto de alguma língua de sinais, por sua inexistência no país e pela distância física entre essas crianças, dificultando o contato entre elas e, assim, um possível esforço nesse sentido.

Dessa forma, segundo o relato de Judy Kegl (2009), esses estudantes, munidos apenas de gestos caseiros e estratégias comunicativas através das quais podiam estabelecer algum grau de interlocução com parentes próximos⁴, viram-se, pela primeira vez, diante da possibilidade de desenvolver uma língua, ainda que em meio a um contexto em que educadores advogavam a oralidade (KEGL, 2009).

⁴ A título de curiosidade, pois é importante assinalar isto aqui, os gestos caseiros, embora possam cumprir a tarefa de uma comunicação mais imediata, não representam, em si, uma língua, justamente por estarem circunscritos especificamente ao contexto de sua produção, não sendo suficientes para dar conta de abstrações ou mesmo de referentes distantes no tempo e no espaço. Um dado trazido por Kegl (2009) exemplifica que, ao usar um gesto caseiro cujo movimento aproximava uma das mãos à boca, a criança tanto poderia querer dizer “comida” como “você quer comer?” ou “isso é uma manga” ou então “você gosta disso?” ou até “eu já comi” – ou seja, um gesto inteiramente dependente do contexto disponível. A língua de sinais, justamente por ser sistematizada, fixa um sinal para que seu significado seja sempre o mesmo, a depender, no entanto, da sintaxe.

Assim, unir pessoas surdas em um ambiente no qual a comunicação é necessária – comunicação esta não restrita a gestos caseiros que dependem de referentes visíveis naquele momento – fez com que esses indivíduos mudassem a maneira pela qual se expressavam no mundo, saindo do isolamento e da exclusão de uma vida até ali essencialmente “sem língua” para a experiência comunitária e a possibilidade de criação de laços para além de suas famílias imediatas – o que, cabe registrar, trata-se de um ganho incomensurável para sua experiência humana.

No entanto – **e aqui aproxima-se do argumento central que se procura levantar neste Diário** – o caso da emergência da Língua de Sinais da Nicarágua trata da criação de uma primeira língua, ou seja, L1. Como pondera Kegl (2009):

This change in the nature of gestural communication [...] yielded an input sufficient to trigger the process of first language acquisition. [...] But since their input was not a language, they did not simply acquire a first language, but gave birth to a new language. [...] In the Nicaraguan case, Nicaraguan Sign Language arose among individuals without another language in their linguistic repertoires: there was no auditory access to the spoken language, and no pre-existing signed language in the environment (KEGL, 2009, p. 504-505, grifos nossos)⁵.

Por um lado, enquanto o caso da Nicarágua trata do surgimento de uma língua *de novo*, por outro, em razão do contexto de colonização e de toda a sorte de transformações linguísticas específicas ocorridas na ilha de São Tomé e Príncipe, mas principalmente do contato não só com o Angolar, com o Santomense e com o Lung’ie – estas mesmas já línguas “crioulas”, nascidas de contatos – mas com a Língua Gestual Portuguesa, nos moldes do projeto *Sem barreiras, a Língua de Sinais de São Tome e Príncipe nasce em meio a um contexto distinto: de contato, de empréstimo e de trocas*, como pretende-se deixar claro a seguir.

*

Com base na leitura do texto indicado pela equipe sobre a subárea de São Tomé e Príncipe, depreende-se a formação de três línguas autóctones já citadas neste trabalho, a saber, o Santomense, o Angolar e o Lung’ie, advindas do contato entre o Português e línguas como o Edo, o Kikongo e o Kimbundu tanto em contextos de habitação como de

⁵ Em tradução livre: “Essa mudança na natureza da comunicação gestual [...] produziu *input* suficiente para desencadear o processo de aquisição da primeira língua. [...] Mas, como o *input* não era uma língua, eles não adquiriram simplesmente uma L1, **mas deram origem a uma nova língua**. [...] No caso nicaraguense, a Língua Gestual da Nicarágua surgiu entre indivíduos sem outra língua em seus repertórios linguísticos: não havia acesso auditivo à língua falada e muito menos uma língua de sinais pré-existente naquele contexto”.

plantação, embora sua reconstrução etimológica seja difícil determinar, muito pela variedade de línguas de África e por suas diacronias específicas (HAGEMEIJER, 2009).

No entanto, é esse ponto que se deseja deixar claro, o Português, língua do colonizador, segue como sendo a “língua oficial e de prestígio em S. Tomé e Príncipe” (HAGEMEIJER, 2009, p. 19). Segundo o autor,

se, no passado, o mundo português e o mundo crioulo se encontravam num contexto de diglossia clássica, favorável à manutenção dos crioulos, a independência alterou o rumo dos acontecimentos. A maior mobilidade social, à qual não é alheio o fenômeno da emigração, o acesso generalizado ao ensino e aos meios de comunicação na língua oficial, a ausência de políticas orientadas para as línguas crioulas, assim remetidas à informalidade e à oralidade, são factores que têm desfavorecido cada vez mais as línguas minoritárias das ilhas. O censo de 2001 referente à língua falada por grupo etário mostra, por exemplo, que entre os jovens com menos de 20 anos há uma quebra acentuada do número de falantes que alega falar o Santome (HAGEMEIJER, 2009, p. 19).

Assim, ainda que haja conflitos entre a norma oficial e as práticas locais influenciadas pelos crioulos, São Tomé e Príncipe é “o único país da África de língua portuguesa onde a maioria da população tem actualmente o Português como primeira língua” (HAGEMEIJER, 2009, p. 20), uma vez que os “crioulos” falados “não têm o estatuto de língua oficial, não possuem uma ortografia oficial e estão excluídas do sistema educativo” (HAGEMEIJER, 2009, p. 20).

Assim, esses trechos deixam ver o caráter ameaçador dessa hegemonia do Português oral sobre as outras línguas oral-auditivas do território, como o Angolar, o Santomense e o Lung’ie – as quais, para o autor, podem desaparecer, a não ser que haja “uma verdadeira política linguística e vontade popular” (HAGEMEIJER, 2009, p. 24). E à vista dessa problemática, que mistura contato, imposição e, no limite, substituição, esse panorama é essencial para a aproximação que se deseja sugerir aqui, à luz da linguística de contato: **do mesmo modo que há influência tanto do Português oral quanto do Português escrito nas outras línguas oral-auditivas de São Tomé e Príncipe** – o Angolar, o Santomense e o Lung’ie –, **há influência da Língua Gestual Portuguesa sobre a LGSTP, cujo próprio projeto de criação**, diferentemente da Língua de Sinais da Nicarágua, **não conseguiu escapar incólume a influências externas**.

*

Nesse sentido, presenciar fenômenos relacionados a línguas, sejam estes de manutenção, mudança, contato, nascimento ou morte é um privilégio para qualquer linguista, mesmo que nem sempre se trate de algo positivo, como neste último caso. De

qualquer modo, em seu artigo a respeito da gênese do projeto *Sem barreiras*, que fomentou o desenvolvimento da LGSTP, Mineiro e Carmo (2016) relatam:

Tendo em conta a impossibilidade médica de realizar implantes cocleares em São Tomé e Príncipe, por motivos técnicos (falta de técnicos especializados para assegurar a reabilitação auditiva pós-implante) e financeiros (ausência de financiamento que permita realizar esta cirurgia e subsequente acompanhamento de reabilitação auditiva pós-cirúrgica), as missões de especialidade da CUF Infante Santo, organizadas pela ONG Instituto Marquês de Valle Flôr, em conjunto com o governo de São Tomé e Príncipe (Célula de Ensino Especial), pediram formalmente à Universidade Católica Portuguesa apoio no sentido de **ajudar a promover as bases para que emergisse uma língua gestual para as crianças surdas, tendo em conta que as mesmas se encontravam sistematicamente rejeitadas pela escola por motivo de os seus professores não conseguirem interagir linguisticamente com as crianças e vice-versa** (MINEIRO; CARMO, 2016, p. 162, grifos nossos).

Nesse contexto, de fevereiro de 2013 a dezembro de 2014 realizou-se o projeto *Sem barreiras*, visando a promover a emergência de uma língua de sinais em São Tomé e Príncipe. De acordo com Mineiro et al. (2017), o grupo-piloto contou com 100 participantes entre 4 e 25 anos, dentre os quais 80% eram mulheres e 20% eram homens, vindos de várias partes da ilha e, no entanto, tendo coisas em comum: (1) nenhum deles frequentava a escola, pelas razões já citadas, não tendo acesso, portanto, a nenhum tipo de educação formal nem a uma língua, sendo, dessa forma, excluídos do convívio social e vivendo em ambiente de isolamento; e (2) seu ambiente linguístico familiar doméstico se caracterizar pela utilização majoritária do Santomense, “também conhecido como Lungwa Santome, Forro (ou Fôlô) e Dialecto” (HAGEMEIJER, 2009, p. 1), e na força do Português, diante de seu caráter oficial.

Nesse sentido, o intuito do programa foi fomentar a emergência de uma língua de sinais de uma comunidade Surda, ou seja, uma língua que “*emerges when deaf people from different geographic parts of the same country are gathered, usually for educational purposes, in one place, such as schools and student residences*” (MINEIRO et al., 2016, p. 111)⁶.

Para tanto, houve compilação dos nomes de possíveis participantes em bases de missões de otorrinolaringologia, bem como campanhas publicitárias nas rádios e na TV⁷,

⁶ Em tradução livre: “surge quando Surdos de diferentes partes geográficas do mesmo país são reunidos, geralmente para fins educacionais, em um só lugar, como em escolas e em residências de estudantes”.

⁷ Não se pode deixar de notar que essas missões humanitárias de otorrinolaringologia, financiadas pela Comissão Europeia por meio do projeto *Health for All*, podem ecoar resquícios de caráter “missionário” dentro da temática da linguística de contato – o que não é dizer pouco, dado o histórico de criação das línguas “crioulas” na região.

formando, portanto, o grupo de pesquisa, monitorado – e este é um ponto essencial – por um **monitora surda cuja língua nativa era a Língua Gestual Portuguesa**.

Assim, embora os artigos selecionados que tratem da temática da criação da LGSTP façam questão de pontuar o esforço no sentido de **evitar o imperialismo** e de **respeitar as diferenças linguísticas de uma língua não europeia**, não se pode negar o fato de que **houve contato significativo**, como se pretende mostrar adiante.

Segundo Mineiro e Carmo (2016) e Mineiro et al. (2017), durante os encontros com os participantes do projeto, no sentido de não simplesmente “ensinar” sua língua materna, a monitora fazia uso de gestos, mímicas e outras representações visuais, como *flashcards* com figuras, de modo a incentivar o desenvolvimento de sinais autóctones – o que de fato aconteceu, dando à luz a LGSTP durante o período do projeto, que durou cerca de dois anos. Nesse sentido, pode-se considerar, como os autores o fazem, a existência de um *boom* linguístico, na medida em que os indivíduos participantes do projeto se juntaram e, durante seus encontros periódicos, foram substituindo os gestos caseiros por sinais comuns, criando-se uma língua partilhada, cujos sinais desenvolvidos sob o contexto do *Sem barreiras* foram rapidamente incorporados ao léxico.

Aqui cabe assinalar um ponto importante no sentido de desmistificar certos conceitos quanto ao *status* mais “simples” dessa “nova” língua e, assim, aproximá-la dessa problemática tipológica que também atinge as línguas “crioulas”: a suposição de que essas línguas estariam do lado “menos complexo” ou mais “primitivo” de um *continuum* imaginário em cujo extremo oposto estariam outras línguas do mundo – em sua maioria, cabe notar, **aquelas europeias**. Assim, embora a LGSTP tenha, de fato, pouco tempo de existência, não se trata de uma estrutura mais simples ou mais primitiva, e sim de uma língua emergente, viva e com circulação social. Dessa forma, também pode-se aproximar a LGSTP do Angolar, do Santomense e do Lung’ie, uma vez que sofrem discriminação parecida – um problema sério, que precisa ser desconstruído e cujo esforço nesse sentido tenta-se empreender neste Diário.

Assim, apesar da crescente literatura da área, ainda há muito estigma sofrido pelas línguas “crioulas” e pelas línguas de sinais nascidas do contato – e é justamente esse contato que se quer pontuar aqui, pois, uma vez que a monitora do projeto *Sem barreiras*, a certa altura, foi visitada por sua família – sinalizante nativa da Língua Gestual Portuguesa – e na medida em que os sujeitos Surdos de São Tomé e Príncipe tiveram contato com essa outra língua de sinais, **houve empréstimo, incorporação e absorção**

de sinais da Língua Gestual Portuguesa pela LGSTP, o que caracteriza, como se entende, um caso claro de contato linguístico.

Como pontuam Mineiro e Carmo (2016),

A formadora surda que acompanhou o projeto teve um enorme cuidado em utilizar mímica com os surdos e não utilizar a sua língua materna, a LGP. Contudo, a convivência mais informal entre os surdos e a formadora e o seu marido e filho pequeno (também ambos surdos), que passaram um mês nas ilhas de São Tomé e Príncipe, pode ter levado a que os surdos santomenses captassem gestos da LGP e passassem a utilizar os mesmos em vez dos gestos endógenos da sua língua. O gesto de SORRIR, por exemplo, que originalmente era gestuado com as duas mãos e uma determinada configuração idêntica (em espelho) nas duas mãos, passou a ser gestuado como SORRIR em LGP (apenas com uma mão e um movimento).

[...]

O mesmo se passou com os gestos CHOVER, LAVAR OS DENTES e outros gestos que passaram a ser gestuados de forma diferente da original, pelo contacto [...] entre as duas línguas (MINEIRO; CARMO, 2016, p. 173-174).

De forma semelhante, a influência da Língua Gestual Portuguesa pode ser percebida, além do léxico – cuja presença de sinais oriundos da Língua Gestual Portuguesa chega a 12% (MINEIRO et al., 2017) –, na própria sintaxe da LGSTP.

No *corpus* coletado durante o projeto-piloto, houve ordem variável dos constituintes, embora a prevalência, de 66%, tenha sido da ordem OSV, como em PRATOS – EU – LAVO ou PEIXE – EU – NÃO VI, portanto com o objeto em relevo, seguido do sujeito e depois do verbo. No entanto, dada que essa ordem não tenha sido descrita na literatura das línguas de sinais emergentes, pode-se admitir a hipótese de se tratar de topicalizações (MINEIRO et al., 2017).

Similarmente, é possível indicar, novamente, a influência do contato com a Língua Gestual Portuguesa, na medida em que houve descrição de 17%, na LGSTP – a segunda maior prevalência –, da ordem SVO, a ordem sintática canônica da Língua Gestual Portuguesa.

Como um último dado de análise, pois uma vez que o Diário se trata de um gênero mais livre e aqui se acredita ser importante pontuar essa informação dentro de um contexto que lida com temas como hegemonia, imperialismo e opressão, cabe pontuar a influência socioeconômica na geração dos sinais.

Por exemplo, como expõem Mineiro et al. (2017): para o significado TOMAR BANHO foram descritos dois significantes: um que fazia um movimento de água caindo, como em um chuveiro – muito como o sinal da LIBRAS –, e outro que representava o sinalizante usando uma caneca ou recipiente qualquer para tirar água de um balde.

Acredita-se que, a essa altura, seja desnecessário dizer o sinal prevalecente: aquele que tinha a ver com a caneca, muito em razão do uso disseminado por entre seus falantes⁸.

*

Como forma de responder às perguntas feitas pela equipe da disciplina quanto à realização deste Diário de Leitura – tendo sempre em mente a dificuldade do aspecto *pessoal* de trabalhos acadêmicos mas aproveitando, por outro lado, a oportunidade fornecida pelo formato mais livre, faz-se necessário pontuar que **todos os textos ajudaram bastante a conciliar o interesse pelas línguas de sinais com a temática da linguística de contato**, ainda que cada um, à sua maneira: complementando ou contextualizando melhor a temática, descrevendo melhor o programa de fomento à LGSTP, tratando do histórico de criação das línguas de São Tomé e Príncipe ou oferecendo panoramas das línguas de sinais inseridas no contexto da crioulística e da pidginística.

Dessa forma, acredita-se que a realização deste Diário de Leitura tenha ao mesmo tempo podido oferecer uma leitura fluida e interessante às professoras na mesma medida em que tenha sido capaz de abordar um interesse que vem se construindo desde o início do curso (as línguas de sinais) e que parece ser adequado inserir agora, no 10º semestre, em nível de graduação, num campo mais amplo da Linguística enquanto ciência (as línguas de contato) – ainda que não se excluam possíveis estudos futuros. Portanto, a realização desta disciplina, considerando a crioulística e a possibilidade de unir as áreas, só teve a acrescentar.

Assim, espera-se que, ao apresentar o desenvolvimento de uma língua de sinais num contexto mais “livre” – ainda que o formato se aproxime mais, muito em razão da cultura acadêmica, do gênero “ensaio” – tenha sido possível aprender, problematizar e compreender as estruturas em jogo nesse complexo mundo das pessoas que falam ou sinalizam.

⁸ Da mesma forma, o sinal para “comer” preferiu ser sistematizado, de acordo os sinalizantes, com aquele que retratava a ação de se alimentar sem talheres, oferecendo outro dado no sentido dos sinais serem mais bem aceitos de acordo com o contexto vivido pela maioria de seus sinalizantes.

REFERÊNCIAS

- CALLEJA, A. L. D. *O português falado no Suriname (PFS)*: um estudo inicial sobre a fala espontânea de brasileiros em Paramaribo. 2019. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://bit.ly/2qCjvWo>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- CARMO, P.; OLIVEIRA, R.; MINEIRO, A. (Org.). *Dicionário da Língua Gestual de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Universidade Católica; São Tomé: Ministério da Educação, 2014.
- HAGEMEIJER, T. As Línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, Macau, v. 1, n. 1, p. 1-27, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2kZRNk0>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- KEGL, J. The Case of Signed Languages in the Context of Pidgin and Creole Studies. In: KOUWENBERG, S.; SINGLER, J. V. (Eds.). *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. London: Blackwell, 2008. p. 489-511. doi:10.1002/9781444305982.ch20 Disponível em: <<https://bit.ly/2kZOWYk>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- MINEIRO, A. et al. Emerging linguistic features of Sao Tome and Principe Sign Language. *Sign Language & Linguistics*, Amsterdam, v. 20, n. 1, p. 109-128, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2msSfaW>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- ROTH, M.; JÚNIOR, A. A. P. A prática pedagógica de professores de uma escola pública para educação de um aluno surdo. *Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá*, Guarapuava, v. 2, n. 1, p. 15-31, jul. 2010.